



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639954 - BA (2021/0012264-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : JOCTA TRINDADE DE ANDRADE
ADVOGADO : JOCTA TRINDADE DE ANDRADE - BA065502
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : IAM DA CRUZ COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IAM DA CRUZ COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8034251-92.2020.8.05.0000).

O paciente encontra-se preso desde o dia 07/11/2019, pela prática, em tese, dos fatos tipificados nos arts. 33, caput, da Lei n. 11.343/06, 14, caput, da Lei n. 10.826/2003, e 333, do Código Penal.

O impetrante sustenta que a presente ação penal está embasada em uma única - e ilícita - prova (fl. 09).

Alega excesso de prazo na formação da culpa, sem que a Defesa tenha dado causa, esclarecendo que esta é a 6ª (sexta) vez que a audiência de instrução e julgamento é marcada, em razão de uma sequência de marcações e cancelamentos, com a justificativa de prevenção da COVID-19 o que, segundo o impetrante não se justifica, uma vez "inúmeras audiências estão sendo realizadas por meio de tecnologia por videoconferência, inclusive de réus soltos, quem dirá, sob a urgência de um réu preso" (fl. 13) e "o paciente teve sua liberdade restrita em 07/11/2019, e a última remarcação para ocorrer a audiência de instrução foi 01/03/2021" (fl. 14)

Requer, liminarmente, a superação da Súmula 691/STF, bem como a revogação da prisão. No mérito, pugna pela absolvição e trancamento da ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, embora pretenda o paciente a superação da referida Súmula, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete uma vez que sopesadas as circunstâncias fáticas do caso concreto, bem como o grau de envolvimento da paciente com o tráfico de entorpecentes.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência